PAULO BUENO DE AZEVEDO

**Ensaio sobre a irracionalidade do sistema criminal à luz da obra
religiosa de Lev Tolstói**

Tese de Doutorado

Orientadora: Prof.^a Dra. Janaina Conceição Paschoal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

PAULO BUENO DE AZEVEDO

**Ensaio sobre a irracionalidade do sistema criminal à luz da obra
religiosa de Lev Tolstói**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Janaina Conceição Paschoal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Azevedo, Paulo Bueno de

Ensaio sobre a irracionalidade do sistema criminal à luz da obra religiosa de Lev Tolstói / Paulo Bueno de Azevedo ; orientadora Janaina Conceição Paschoal -- São Paulo, 2018.

423 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito Penal. 2. Religião. 3. Literatura. 4. Tolstói. I. Paschoal, Janaina Conceição, orient. II. Título.

Nome: AZEVEDO, Paulo Bueno de

Título: ENSAIO SOBRE A IRRACIONALIDADE DO SISTEMA CRIMINAL À LUZ
DA OBRA RELIGIOSA DE LEV TOLSTÓI

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência
parcial para obtenção do título de Doutor em
Direito.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às minhas quatro crianças, Heloisa, Pedro Henrique, Clarissa e Lucas, pelo riso fácil e pela constante alegria que aquecem o meu coração, na esperança de que, no futuro, contribuam para um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

O caminho da elaboração de uma tese de doutorado é longo e difícil, cheio de reviravoltas em nossas próprias ideias e concepções, proporcionando uma espécie de autoanálise de nossos conhecimentos. Tudo isso decorre de leituras, conversas e, o pior de tudo, um certo distanciamento da família enquanto fazemos com que as ideias encarceradas em nosso subconsciente de repente ganhem vida e se tornem palavras, escritas na tela de um computador e, depois, impressas no papel. Dessa forma, o espaço de agradecimentos também pode ser utilizado para alguns pedidos de desculpas.

Sendo o presente trabalho fruto de toda uma vida, agradeço a Deus, preliminarmente, por tudo.

A meus pais, devo a minha educação e a criação do gosto pelo aprendizado.

À minha esposa e a nossos filhos, devo mais desculpas por ocupar tanto do meu escasso tempo com a tese, porém, ao mesmo tempo, agradeço a paciência.

A Jorge Miguel, meu primeiro professor de Direito Penal na Universidade Presbiteriana Mackenzie, agradeço as aulas sempre repletas de exemplos da Literatura, as quais também inspiraram o presente trabalho.

À minha orientadora, Janaina Conceição Paschoal, agradeço o zelo e a atenção com os quais leu os presentes originais, reconhecendo a importância das suas inúmeras sugestões, indagações e críticas que muito contribuíram para os acertos desta obra, sendo os erros de minha total responsabilidade.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Helena Regina Lobo da Costa e Alvino Augusto de Sá, agradeço as pertinentes críticas e opiniões sobre o trabalho, que ajudaram a direcionar o rumo de minhas reflexões.

Agradeço, ainda, a todos os professores e colegas, sendo impossível nominar todos, das disciplinas que frequentei durante o doutorado, todas úteis para as ideias que procurei elaborar nesta tese.

É claro que tenho muito a agradecer a Lev Nikoláievich Tolstói, um dos mestres da Literatura russa, cuja obra, em especial o livro “Minha religião”, pelo

acaso ou não acaso, chegou às minhas mãos e mudou definitivamente todo o meu modo de ver e compreender o Direito Penal. Tolstói, a sua obra é eterna!

Finalmente, agradeço a meu filho que não chegou a nascer, mas cumpriu a sua missão, tornando tudo isso possível.

“A la luz de las nuevas técnicas, con un aparato experimental y estadístico de primerísimo orden y una metodología impecable, las ingeniosidades de un TARDE, un GAROFALO o un GUYAU nos parecen hoy como insignificantes juegos de palabras. Y sin embargo, es sorprendente constatar que, por el contrario, las obras de los grandes literatos, de un STENDHAL, un DOSTOIÉWSKI o un TOLSTÓI, no sólo no quedan anticuadas, sino que sus apreciaciones siguen teniendo, por regla general y en lo más esencial, la más absoluta vigencia.”

(ANTONIO QUINTANO RIPOLLÉS, *La criminología en la literatura universal*)

*“Amar os próprios inimigos?
Impossível! Este era um daqueles
pensamentos sublimes que devemos
considerar apenas uma alusão a um
ideal moral impossível de atingir. Exigia
tudo ou nada. Talvez fosse possível
não fazermos o mal a nossos inimigos
– mas amá-los! Não! Mas Jesus não
exigia o impossível. E, além disso, nas
palavras que se referiam à lei antiga:
‘Vocês ouviram o que foi dito [...] odeiem o seu inimigo’, havia causa
para dúvida. Em outras referências,
Jesus citava textualmente os termos da
lei mosaica; mas aqui, ele parece citar
palavras às quais não atribui
autoridade; parece estar criticando a lei
de Moisés.”*

(LEV TOLSTÓI, *Minha religião*)

RESUMO

AZEVEDO, Paulo Bueno de. **Ensaio sobre a irracionalidade do sistema criminal à luz da obra religiosa de Lev Tolstói**. 2017. 423 f. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente estudo versa sobre a irracionalidade do sistema criminal sob a perspectiva da obra religiosa de Tolstói. Em sua obra “Minha religião”, equivalente a uma releitura dos Evangelhos por Tolstói, o escritor russo, em alguns trechos, critica veementemente o sistema de justiça criminal, por intermédio de três refutações. De fato, para Tolstói, o livre-arbítrio seria uma ilusão e o Direito Penal seria completamente contrário aos ensinamentos de Jesus Cristo e também à própria razão. De acordo com Tolstói, não se apaga o fogo com fogo. Nesta tese, serão analisadas, uma a uma, as assertivas de Tolstói. O livre-arbítrio será estudado sob diversos prismas (teológico, filosófico, literário, jurídico e neurofilosófico). Após, será examinado se o Direito Penal é realmente contrário aos ensinamentos de Jesus Cristo, discussão relevante num país de maioria cristã como o Brasil e no qual, ademais, igrejas cristãs têm influenciado o Parlamento em temas penais, como o aborto. Por fim, a irracionalidade ou racionalidade do sistema criminal será averiguada sob o ponto de vista tanto da existência quanto do funcionamento. Encerrando o trabalho, algumas propostas legislativas serão formuladas, concluindo-se com a demonstração da importância da leitura de Tolstói para os juristas contemporâneos.

Palavras-chave: Tolstói. Sistema criminal. Religião. Irracionalidade.

ABSTRACT

AZEVEDO, Paulo Bueno de. **Essay on the irrationality of the criminal system in the light of Lev Tolstoy's religious work**. 2017. 423 f. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The present study deals with the irrationality of the criminal system from the perspective of Tolstoy's religious work. In his work "My religion", equivalent to a rereading of the Gospels by Tolstoy, the Russian writer, in some parts, vehemently criticizes the criminal justice system by means of three refutations. In fact, for Tolstoy, free will would be an illusion and Criminal Law would be completely contrary to the teachings of Jesus Christ and also to reason itself. According to Tolstoy, the fire is not extinguished with fire. In this work, Tolstoy's assertions will be analyzed one by one. Free will be studied under various prisms (theological, philosophical, literary and neurophilosophical). Afterwards, it will be examined whether criminal law is really contrary to the teachings of Jesus Christ, a relevant discussion in a country with a Christian majority such as Brazil and in which, in addition, Christian churches have influenced the Parliament in criminal matters, such as abortion. Finally, the irrationality or rationality of the criminal system will be investigated from the point of view of both existence and functioning. In closing the work, some legislative proposals will be formulated, concluding with the demonstration of the importance of the reading of Tolstoy for the contemporary jurists.

Keywords: Tolstoy. Criminal system. Religion. Irrationality.

RIASSUNTO

AZEVEDO, Paulo Bueno de. **Saggio sull'irrazionalità del sistema criminale alla luce dell'opera religiosa di Lev Tolstoj**. 2017. 423 f. Dottorato – Scuola di Legge, Università di São Paulo, São Paulo, 2017.

Il presente studio riguarda l'irrazionalità del sistema criminale dal punto di vista dell'opera religiosa di Tolstoj. Nella sua opera "Mia religione", equivalente a una rilettura dei Vangeli di Tolstoj, lo scrittore russo, in alcune parti, critica veementemente il sistema di giustizia criminale attraverso tre confutazioni. In effetti, per Tolstoj, il libero arbitrio sarebbe un'illusione, il Diritto Penale sarebbe completamente contrario agli insegnamenti di Gesù Cristo e anche alla ragione stessa. Secondo Tolstoj, il fuoco non si estingue con il fuoco. In questo lavoro, le asserzioni di Tolstoj saranno analizzate una per una. Il libero arbitrio sarà studiato sotto vari prismi (teologico, filosofico, letterario e neurofilosofico). Successivamente, verrà esaminato se il Diritto Penale è in realtà contrario agli insegnamenti di Gesù Cristo, una discussione rilevante in un paese di maggioranza cristiana come il Brasile e in cui, inoltre, le chiese cristiane hanno influenzato il Parlamento in materia penale, come l'aborto. Infine, l'irrazionalità o la razionalità del sistema criminale saranno investigate dal punto di vista dell'esistenza e del funzionamento. Chiudendo i lavori, verranno formulate alcune proposte legislative e si concluderà con la dimostrazione dell'importanza della lettura di Tolstoj per i giuristi contemporanei.

Parole: Tolstoj. Sistema criminale. Religione. Irrazionalità.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O JULGAMENTO DO DIREITO PENAL (OU DESVENDANDO O TÍTULO DA PRESENTE TESE).....	22
1.1 Por que Tolstói?	22
1.2 O que queremos dizer ao nos referirmos ao sistema criminal?	31
1.3 Um ensaio sobre irracionalidades e uma proposta concreta de modificação.....	37
2 A ILUSÃO DO LIVRE-ARBÍTRIO (OU O JULGAMENTO DA LIBERDADE PERANTE A RELIGIÃO, A FILOSOFIA, A CIÊNCIA, A LITERATURA E O DIREITO).....	43
2.1 Afinal, por que você está lendo isto?	43
2.2 O julgamento da liberdade pela Religião	45
2.2.1 Santo Agostinho e o livre-arbítrio mitigado: a controvérsia pelagiana	47
2.2.2 Orígenes e sua interpretação da Bíblia.....	53
2.2.3 Tomás de Aquino e as limitações do livre-arbítrio	58
2.2.4 A disputa entre Erasmo de Roterdã e Martinho Lutero	62
2.3 O julgamento da liberdade pela Filosofia (primeira parte)	74
2.3.1 Aristóteles e a análise da vontade e da decisão	75
2.3.2 Leibniz e a teodiceia do livre-arbítrio	79
2.3.3 Nietzsche entre o livre e o cativo-arbítrio	85
2.3.4 Julián Marías e as tentações dos determinismos	94
2.4 A segunda parte do julgamento da liberdade pela Filosofia (Neurofilosofia, Filosofia da Mente ou do Cérebro) e a Neurociência ...	97

2.5 O julgamento da liberdade pela Literatura: considerações sobre a força misteriosa, o fardo e a culpa.....	119
2.6 O julgamento da liberdade pelo Direito	127
2.6.1 <i>Pedro Lessa e, novamente, a força misteriosa</i>	128
2.6.2 <i>Hans Welzel, Gunther Jakobs e Winfried Hassemer: o livre-arbítrio na Dogmática germânica</i>	133
2.6.3 <i>Ronald Dworkin e o princípio da capacidade</i>	140
2.6.4 <i>O ator situado, de Alvin August de Sá</i>	144
2.7 Interregno jocoso: se quem pratica o fato definido como crime não possui livre-arbítrio, por que o teria o juiz criminal?	149
2.8 Nossa decisão: <i>in dubio pro libertatis</i>	152
3 O ANARQUISMO CRISTÃO DE TOLSTÓI E O DIREITO PENAL	159
3.1 Por que ler este capítulo, se Tolstói está indubitavelmente errado? ...	159
3.2 A teologia de Tolstói	161
3.3 Tolstói, o primeiro abolicionista do Direito Penal?.....	166
3.4 Teologias literárias de Tolstói e Dostoiévski: Jesus Cristo, a Igreja e o único castigo verdadeiro	174
3.5 O processo e o sacrifício de Jesus Cristo como argumento de legitimidade do Direito Penal.....	179
3.6 Catolicismo e Direito Penal	188
3.7 Cristianismo e justiça restaurativa.....	193
3.8 Veredito sobre a compatibilidade do Direito Penal com o Cristianismo	199
4 TOLSTÓI E A IRRACIONALIDADE DO SISTEMA CRIMINAL	208
4.1 O Direito Penal entre a fé e a razão	208
4.1.1 <i>É possível uma Ciência do Direito Penal?</i>	209

4.1.2 A existência do Direito Penal: fé racional ou irracional?	222
4.1.3 A hipótese abolicionista, o paradoxo de Nuremberg e a Lei do Amor: em busca da racionalidade do Direito Penal	229
4.2 O inevitável funcionamento irracional do sistema criminal.....	237
4.2.1 Aborto: religião, ética e democracia	242
4.2.1.1 Aborto e a irracionalidade dos argumentos favoráveis e contrários à descriminalização.....	250
4.2.2 Irracionalidade dos crimes contra o sentimento religioso	262
4.2.3 Apropriação indébita previdenciária: o que faz de um crime um crime?.....	266
4.2.4 Projetos de lei de abuso de autoridade e a inusitada semelhança com o artigo 34 da Lei nº 9.605/98.....	271
4.2.5 O artigo 273 do Código Penal, o mito da proporcionalidade e uma decisão racionalmente irracional	279
4.2.6 Encarceramento em massa e a seletividade: irracionalidade no tratamento dado aos crimes de rua e aos crimes do colarinho branco ..	289
4.3 Veredito sobre a irracionalidade do sistema criminal	297
5 EM BUSCA DA MITIGAÇÃO DA IRRACIONALIDADE DO SISTEMA CRIMINAL: A ÚLTIMA RECOMENDAÇÃO DE TOLSTÓI.....	305
5.1 O que devemos fazer?	305
5.2 Em busca da racionalidade possível do sistema criminal	312
5.2.1 Os níveis de racionalidade, seu critério e a eficiência	316
5.2.2 A última recomendação de Tolstói e as nossas propostas: instituição dos critérios da dúvida global, da seletividade inversa para os crimes não violentos e da eficiência como corolário da ultima ratio.....	324
5.2.2.1 O critério da dúvida global: pela utilização do Direito Penal Comparado	328

5.2.2.2 O critério da seletividade inversa para os crimes não violentos	334
5.2.2.3 O critério da eficiência como corolário da <i>ultima ratio</i>	342
5.2.3 <i>Algumas propostas concretas</i>	346
5.2.3.1 Descriminalização parcial do aborto	346
5.2.3.2 Descriminalização dos crimes contra o sentimento religioso e algumas mudanças correlatas	354
5.2.3.3 Fraudes fiscais: correção de interpretação e de rumos	356
5.2.3.4 Como evitar a criminalização do mero descumprimento de regras administrativas: o caso da pesca e a importância do bem jurídico ..	358
5.2.3.5 Corrigindo penas extremamente desproporcionais: proposta para casos como o do artigo 273 do Código Penal.....	362
5.2.3.6 Algumas propostas para a redução do encarceramento em massa	364
5.3 A título de epílogo: ler Tolstói nos faz melhores juristas?	376
CONCLUSÃO.....	385
REFERÊNCIAS	389

INTRODUÇÃO

Há quem diga que uma introdução deve ser elaborada apenas ao final do trabalho, enquanto outros, já cientes de tudo o que será escrito, não têm problemas em confeccioná-la logo no início. De minha parte, estou escrevendo esta introdução mais ou menos no meio da elaboração da tese, após a redação de dois capítulos, de modo que ela acaba sendo um resumo do que já foi escrito e uma previsão do que ainda virá.

E se essa informação parece pouco convencional ou inútil ao leitor, aviso que assim o faço porque, depois de dois capítulos, consegui encontrar o tom da obra, ou, mais exatamente, o seu estilo. E essas poucas linhas já revelam que não se trata de algo muito convencional, ao menos para os padrões acadêmicos do campo jurídico. Trata-se de uma obra que, tentando não perder o rigor científico e argumentativo, é convidativa ao diálogo e busca mostrar mais incertezas do que certezas. Sobre as últimas, procurarei fundamentá-las da forma mais objetiva e racional possível. Não obstante a tentar demonstrar que uma total racionalidade é algo impossível no Direito Penal.

A essa altura, o leitor pode estar pensando que, desde a leitura do título, já esperava algo, digamos, diferente. Ou pode muito bem ter pensado que esta tese seria uma tentativa estéril de demonstrar uma suposta erudição. Garanto que não é o caso, e também asseguro que não se trata de falsa modéstia. Asseguro não ser o caso, visto que não concebo o presente trabalho como definitivo e não considero que falarei verdades absolutas. Tudo estará sujeito a críticas, contestações, concordâncias e discordâncias.

Neste momento, o leitor pode considerar a presente abertura demasiadamente não tradicional, quase como se eu estivesse lhe escrevendo uma carta, um *e-mail* ou, para tentar chegar à pós-modernidade, uma mensagem por um aplicativo de celular. Porém, é exatamente essa a minha intenção e já irei explicar o porquê.

Geralmente, ao ler introduções de obras jurídicas ou de outros campos do conhecimento, encontro uma série de informações sobre a relevância do tema, a metodologia de trabalho e o resumo dos capítulos. Contudo, em regra, falta uma

informação que talvez seja relevante para alguns, talvez não para outros: por que o autor decidiu escolher exatamente aquele tema? Por que crimes omissivos? Por que imputação objetiva? Por que crimes contra a vida ou contra o patrimônio? Alguns casos são bastante óbvios, como o penalista que escreve um manual acadêmico sobre a parte geral do Código Penal, dedicado a estudantes de graduação, ou sobre Direito Penal Econômico, tema atualíssimo e que atrai a predileção de muitos que desejam iniciar ou aprimorar a carreira de criminalistas.

Todavia, outros casos são muito pouco óbvios, gerando sérias dúvidas acerca das razões que levaram alguém a escrever sobre, por exemplo, o Direito Penal e Tolstói. E, como é este exatamente o meu caso, aqui chega o ponto em que desejo esclarecer essa questão.

A resposta pode decepcionar o leitor, mas a ideia me ocorreu por mero acaso (ou será que não?). Explico melhor. Alguns anos atrás, enfrentei um dos piores momentos da minha vida, com a descoberta do abortamento espontâneo de minha primeira criança. Ou, pelo menos, daquela que seria a primeira.

Como todo crente e religioso nada praticante, resolvi buscar o Senhor apenas no momento difícil, não exclusivamente por meio de orações, mas também por leituras de livros que melhor explicassem os ensinamentos de Jesus Cristo. Era um misto de tentativa de me redimir, de entender melhor o ocorrido e de reforçar a minha fé por meio da razão.

Foi por ocasião dessas leituras que o acaso, ou não acaso, me fez encontrar a obra “Minha religião”, de Tolstói.¹ Manuseando inicialmente o livro, chamaram-me a atenção as informações de que se tratava de uma crítica de Tolstói à Igreja Ortodoxa russa (tão severa a crítica que ele acabou por ser excomungado), além do que o grande escritor russo teria feito a sua própria tradução da Bíblia. A obra me interessou e a adquiri por motivos em nada relacionados ao Direito Penal.

No entanto, para a minha surpresa, e para o meu agrado (o Direito Penal sempre foi a minha disciplina predileta nos tempos da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie), Tolstói, nessa obra, falou algumas coisas sobre o Direito Penal. Não foram nada agradáveis, porém, suas considerações, e, embora a explicação mais abrangente esteja no capítulo 1 desta tese, as

¹ TOLSTÓI, Liev. *Minha religião*. Organização e tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Girafa, 2011.

resumirei aqui, rapidamente: 1) o livre-arbítrio é uma ilusão; 2) o Direito Penal é completamente contrário à Lei do Amor de Jesus Cristo; e 3) o Direito Penal é contrário à razão.

No primeiro capítulo, além de explicitar essas questões, farei uma espécie de explicação do título do presente trabalho, analisando os seus principais termos. A pergunta inicial será: por que Tolstói?

Tolstói, amparado na sua interpretação dos Evangelhos, condenou o Direito Penal, o que provocou em mim uma série de reflexões, passando eu a me perguntar se ele estava certo.

Há alguma importância em se saber se Tolstói tem razão ao apartar totalmente Direito Penal e Cristianismo?

Acredito que a conclusão seria muito relevante para os dias de hoje, eis que, quando se fala, por exemplo, em descriminalização do aborto ou das drogas, invariavelmente é noticiado que a Igreja Católica e outras Igrejas Cristãs posicionam-se de forma contrária. Num país laico, mas com uma população predominantemente religiosa, a oposição da Igreja é, sem dúvida, um obstáculo significativo à descriminalização de alguns temas.

É notório, ainda, que, não obstante o nosso país seja formalmente laico, existem diversos parlamentares ligados a Igrejas, comumente chamados de “bancada evangélica”, especialmente influente e interessada em alguns temas de Direito Penal, a exemplo do crime de aborto e das respectivas excludentes de ilicitude. Alguns desses parlamentares (ainda que para ganhar o voto dos fiéis), são movidos por razões expressamente religiosas, o que enfraquece a garantia da laicidade.

Mas, se Tolstói estiver certo, não deveria a Igreja posicionar-se, em verdade, pela total abolição do Direito Penal ou, no mínimo, se abster de confrontar tentativas de descriminalizar esse ou aquele crime? Isso é o que analisarei no capítulo 3 deste estudo, depois de, no capítulo 2, examinar a afirmação de que o livre-arbítrio é uma ilusão.

A respeito do segundo capítulo, vale notar que ele também possui grande relevância atual, em tempos nos quais a legitimidade do Direito Penal parece ser posta em questão pela Neurociência. Discutirei o tema do livre-arbítrio em seus diversos aspectos: teológico, filosófico, neurocientífico, jurídico e até literário.

A propósito, é importante ressaltar que a presente tese não buscará fazer proselitismo nem terá cunho religioso-moralista. Não pretendo induzir ninguém a acreditar nem a desacreditar. Cada qual com a sua fé ou falta dela. Por uma questão de transparência, a minha fé, desde já, está colocada, e o leitor pode levar isso em consideração ao avaliar a tese e suas propostas.

A análise da compatibilidade entre Cristianismo e Direito Penal, no capítulo 3, será, portanto, objetiva, e, na medida do possível, científica, mas com uma metodologia interdisciplinar, quase se aproximando da transdisciplinaridade.² Este estudo, portanto, não tem caráter estrita ou predominantemente dogmático. Vez ou outra, recorreremos à Dogmática, porém nem sempre. Poderei transitar entre a Filosofia, a Teologia, o Direito, a Literatura, a Política, a Criminologia etc. Sim, será mantido o enfoque jurídico. Mas, onde termina o olhar jurídico e começa o teológico ou o filosófico? Onde fica a Dogmática Penal na análise política ou na criminológica? A verdade é que o estudo do sistema criminal seria incompleto num olhar exclusivamente jurídico ou dogmático. Seria possível compreender, por exemplo, a jurisprudência penal somente sob a perspectiva dogmática? Não são poucos os casos de teorias penais que, em regra, restam ignoradas nas decisões dos juízes. A seletividade do sistema de justiça criminal, frequentemente acusada pela Criminologia, não pode ser analisada única e exclusivamente do ponto de vista dogmático. Não estou aqui a menosprezar a Dogmática. Pelo contrário, ela será importante auxiliar quando analisarmos, adiante, algumas normas penais, projetos de lei e julgados criminais. Contudo, deve-se reconhecer que um estudo sobre a racionalidade ou irracionalidade do Direito Penal deve ir muito além dela, como oportunamente será demonstrado nos dois últimos capítulos.

² Em tempo, cito os seguintes artigos da Carta da Transdisciplinaridade, adotada no Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): “Artigo 3 - A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa. [...] Artigo 7 - A transdisciplinaridade não constitui uma nova religião, uma nova filosofia, uma nova metafísica ou uma ciência das ciências. [...] Artigo 9 - A transdisciplinaridade conduz a uma atitude aberta com respeito aos mitos, às religiões e àqueles que os respeitam em um espírito transdisciplinar. [...] Artigo 14 - Rigor, abertura e tolerância são características fundamentais da atitude e da visão transdisciplinar. O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às idéias e verdades contrárias às nossas”. Cf. *Educação e transdisciplinaridade*. Paris: UNESCO, 2000, p. 168-171. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

No capítulo 4, analisarei a assertiva de que o Direito Penal é contrário à razão, investigando as doutrinas abolicionistas e as irracionalidades que permeiam o sistema criminal, examinando se elas são evitáveis ou se são inerentes ao seu funcionamento.

Finalmente, no capítulo 5, tentarei delinear algumas soluções aos problemas verificados e procurarei esboçar algumas propostas de mudanças para a legislação penal, explicitando as razões pelas quais enfocarei determinados crimes. Algumas propostas legislativas de terceiros também serão analisadas.

Sugerir um projeto de lei numa obra jurídica pode ser inusitado, mas é estranho que o seja. Na grande maioria das faculdades de Direito, inexistem disciplinas específicas sobre como se deve elaborar uma lei. As aulas práticas, em regra, restringem-se às peças processuais. O estudante de Direito aprende a interpretar a lei, porém não aprende a elaborá-la. Mas isso não é tarefa do jurista, dirão alguns. E por que não? Quem seria mais habilitado do que o jurista para elaborar uma lei? Serão propostos alguns critérios gerais para a elaboração de leis penais, seja criminalizando ou descriminalizando, atentando-se, ainda, a uma crucial recomendação de Tolstói, a ser oportunamente mencionada.

A propósito, devo admitir, ainda, uma falha crucial neste trabalho, que pretende analisar o Direito Penal sob a ótica das obras religiosas de Tolstói: não entendo o idioma russo. O resultado disso é que me limitarei às traduções de Tolstói. Isso pode ser um problema, se nos lembrarmos da expressão italiana *traduttore, traditori*.³ Para minimizar esse obstáculo, recorri à leitura de diversas obras de Tolstói, incluindo os seus grandes romances (“Guerra e paz” e “Anna Karênina”, dentre outros), com diferentes traduções e tradutores.

Além disso, entendo necessária ainda mais uma informação a meu respeito, a qual considero elementar ao desenvolvimento do presente trabalho.⁴ Escrevo estas linhas na perspectiva da minha atuação profissional, que a cada

³ Em Português: tradutor, traidor.

⁴ Essa informação, além de tudo de pessoal a meu respeito que já foi dito, justifica a redação da presente introdução na primeira pessoa do singular, o que difere da redação dos demais capítulos, escritos na primeira pessoa do plural. Não vislumbro que a escrita na primeira pessoa do singular seja uma questão de arrogância. Talvez transmita até mais transparência, ao indicar, de maneira clara, o posicionamento pessoal do autor, do qual os leitores podem discordar à vontade. Dentre os inúmeros textos na língua inglesa, analisados neste trabalho, a maioria é escrita na primeira pessoa do singular, não tendo me causado qualquer impressão de arrogância. Entretanto, no capítulo 1, explicaremos a nossa opção pela utilização da primeira pessoa do plural no corpo da tese.

dia me molda e me forma. Escrevo, pois, sob o olhar de um juiz criminal. Não conseguiria escrever qualquer coisa sobre Direito Penal esquecendo-me da minha atividade na vara criminal. Isso me traz uma dificuldade maior, qual seja o dever de coerência. Se eu tenho independência como juiz, tenho, da mesma forma, liberdade acadêmica. Em alguns momentos do texto, poderei fazer referência, ainda que genérica, a algum processo por mim decidido. Trata-se de algo um tanto quanto incomum nas obras jurídicas, é bem verdade, especialmente considerando-se a assertiva de muitos no sentido de que o Direito também é uma Ciência. Pois bem, muitos cientistas de outros campos do conhecimento comumente referem-se aos seus experimentos. Isso, em regra, não acontece no campo jurídico, que também se pretende científico.⁵

É preciso dizer, além disso, que o ingresso na magistratura modificou a minha percepção do Direito Penal. Não posso mais abraçar uma causa: tenho que decidi-la, não conforme a minha vontade pessoal (ou a minha fé), mas de acordo com o ordenamento jurídico, o qual, todavia, deve ser por mim interpretado. E qual a linha que separa a interpretação fundada em critérios dogmáticos da interpretação fundada em critérios pessoais? É possível traçar essa linha divisória? Isso vale para qualquer estudo ou obra doutrinária. O autor de um determinado trabalho é o acadêmico ou o advogado, o promotor etc.? Essa dúvida e esse dever de coerência certamente me perseguiram na realização deste trabalho. Apenas objetivo apontar, genericamente, em poucos momentos, alguns casos que já decidi e que serviram para moldar a minha atual visão.

Por sinal, dentro da minha experiência como juiz criminal, também posso traçar um divisor de águas, qual seja a experiência, como juiz substituto, numa vara especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de valores. O trabalho na vara especializada tinha por enfoque aquilo que a Criminologia chamou de criminalidade do colarinho branco. Ao mesmo tempo, como juiz substituto, eu era chamado a atuar em outras varas criminais comuns, o

⁵ No decorrer do presente trabalho, analisarei, ainda que de maneira rápida, a questão do Direito como Ciência. De qualquer forma, o método deste estudo seguirá os critérios para se chegar à objetividade: 1) a resistência da coisa; e 2) a suprassubjetividade. Pelo primeiro, sempre enfrentarei a resistência do objeto de estudo às minhas análises e conclusões pessoais, o que equivale a desenvolver um olhar crítico aos meus próprios pré-conceitos e verificar a validade de minhas considerações. Já a suprassubjetividade envolve o enfrentamento crítico de diferentes pontos de vista. Tais critérios são vistos na obra de Enrique Gimbernat Ordeig acerca do caráter científico do Direito Penal (Cf. *Conceito e método da ciência do direito penal*. Tradução de José Carlos Gobbis Pagliuca. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 103-105).

que me fez perceber, com maior clareza, uma diferença de tratamento, na jurisprudência, entre os crimes do colarinho branco e os crimes de rua. Minha percepção sobre tal diferença se consolidou com a minha promoção a juiz federal titular da Subseção Judiciária de Andradina, uma tranquila cidade do interior paulista.

Essa pode parecer uma informação inócua, mas não o é. Até adiantar que tem a ver com a tese do ator situado, a ser discutida no capítulo 2. Assim, os locais em que estive e aquele no qual estou interferem em minha visão das coisas. Quando cheguei à Andradina, uma interessante constatação: o número de presos provisórios era muito superior ao da vara especializada da Capital. Não é exatamente surpreendente. Tentarei explorar as razões disso no decorrer da tese.

A todos, desejo uma boa leitura e, espero, o início de um efetivo novo diálogo sobre o Direito Penal. Tenho esperança de que, um dia, pelo menos algum de meus filhos leia esta obra e possa aprimorá-la. Por causa do meu primeiro, que infelizmente não nasceu, escrevi este trabalho. Agradeço ao meu bebê, por ter cumprido a sua missão.

CONCLUSÃO

Vivemos numa era em que o diálogo se torna cada vez mais difícil, pois estamos todos absortos em nossas telas de computador, que, hoje, cabem nas palmas de nossas mãos. Além disso, no mundo virtual dessas telas, discordar do outro parece ter virado motivo de ódio e justificativa para ofensas. O debate de ideias torna-se cada vez mais raso e superficial.

Foi nesse contexto que, em 2011, um lance do acaso ou do destino nos levou até a obra “Minha religião”, de Lev Nikoláievitch Tolstói. Num texto sobre o Cristianismo, Tolstói, para a nossa surpresa, repudiou veementemente o Direito Penal, por meio de, basicamente, três premissas: a ilusão do livre-arbítrio, a contrariedade do Direito Penal aos ensinamentos de Jesus Cristo e a sua contrariedade à razão.

Claro que, a princípio, nossa primeira impressão, até como juiz de causas criminais e cristão, foi a de total discordância com Tolstói. Porém, sua leitura nos intrigou profundamente, e, anos mais tarde, neste doutoramento, optamos por resgatar a análise da obra de Tolstói e a forte impressão que ela nos deixou.

No decorrer deste projeto, lemos outras obras de Tolstói, incluindo os clássicos “Guerra e paz” e “Anna Karenina”, além do essencial “Ressurreição”, este último, acreditamos, imprescindível para todo estudante e profissional do Direito.

A análise do acerto ou desacerto das considerações de Tolstói nos levou a empreender um verdadeiro julgamento do Direito Penal e do próprio sistema de justiça criminal do qual ainda fazemos parte (como o cunhado de Nekhlíúdob, em “Ressurreição”).

O exaustivo estudo do livre-arbítrio, questão aparentemente interminável nos meios filosóficos, serviu de ponto de partida e base de todo o nosso trabalho. Se correta a afirmação de Tolstói, e de muitos outros, como visto, de que o livre-arbítrio seria uma mera ilusão e de que todos os nossos atos seriam predeterminados, sem que pudéssemos fazer nada diferente, teríamos que concordar que o Direito Penal seria completamente contrário à razão. Só que, mesmo assim, nada poderíamos fazer, porque, nós julgadores, também agiríamos

de forma predeterminada, o que nos levaria a um beco sem saída. Reconhecemos, porém, na dúvida, na indecisão e na hesitação, a existência do livre-arbítrio, ainda que profundamente relacionado ao meio em que nascemos e às mais diversas circunstâncias de nossas vidas.

Discordamos, pois, de Tolstói, nesse primeiro aspecto. Todavia, não fomos capazes de vislumbrar qualquer erro na sua tese de que o Direito Penal seria totalmente contrário aos ensinamentos de Jesus Cristo. Mesmo nesta nossa era pós-moderna e tecnológica, as Religiões ainda influenciam muito a vida da sociedade e, por conseguinte, trazem reflexos para o Direito. Ainda hoje, vemos igrejas e pessoas religiosas, muitas delas cristãs, insistindo na criminalização de algumas condutas, como no caso do maior exemplo da atualidade, o aborto. Isso, mesmo diante do perdão recomendado pela maior autoridade católica, o Papa Francisco. Tolstói, se vivo hoje, correria o risco de ser novamente excomungado por algumas igrejas cristãs. Contudo, justamente nesse cenário, convém reavivar a sua poderosa mensagem para lembrar o que parece óbvio: que os ensinamentos de Jesus Cristo devem ser seguidos pela fé, e não pelo reforço do Direito Penal, o que, aliás, vem ao encontro do Estado laico.

Por fim, quanto ao último desafio que nos foi imposto por Tolstói, concordamos parcialmente com ele. O sistema criminal, como qualquer outro julgamento, está e sempre estará indelevelmente vinculado a algum grau de irracionalidade. Mesmo assim, a sua existência não se mostra contrária à razão, pois não temos ideia do que ocorreria sem ele: caos, guerra de todos contra todos, um Estado totalitário e selvagem? Estamos, portanto, diante de um paradoxo, que não pode ser ignorado pelos penalistas, cujo trabalho deve ser o de mitigar as irracionalidades do sistema criminal. É o que nos é possível fazer.

Importante, ainda, concluir que, ao considerarmos racional a existência do Direito Penal, não consideramos irracional o ensinamento de Jesus Cristo de que não devemos julgar. Sim, existe aqui uma contradição lógica no âmbito formal, porém, no âmbito da complexa vida humana em sociedade, temos apenas um paradoxo com o qual temos que lidar diariamente. Recordemos que as palavras finais de Jesus foram de perdão para os seus juízes e executores...

A princípio, não parece haver nada mais ilógico do que o perdão. Se alguém causa um mal grave a outrem, é natural que pensemos que a vítima deseja a punição do ofensor. Quando a vítima decide perdoar o ofensor, isso

contraria as nossas expectativas racionais. Como alguém pode perdoar o que nos parece imperdoável? Nesse sentido, a lição de Jesus Cristo, defendida por Tolstói, contraria a nossa razão. Começamos, portanto, a adentrar o movediço terreno do irracional. Porém, esse campo possui as mais diversas nuances, que aparecem conforme a *singularidade do caso concreto*. Isso acontece porque o julgamento criminal não constitui apenas e simplesmente uma operação lógico-dedutiva. O julgamento criminal analisa as *vidas* de pessoas, ofensores e vítimas, conforme a própria *vida* do julgador, que também se baseia nas argumentações de promotores e defensores, as quais, da mesma forma, são frutos de suas respectivas *vidas*. O que era para ser previsível ou *racional* por vezes se torna imprevisível ou *irracional*. E o pior é que tal irracionalidade pode levar a injustiças, não obstante nem sempre esse seja o resultado. As injustiças ocorrerão mais frequentemente quando os julgadores não se importarem com quem estão julgando, com a *vida* de quem está em suas mãos. Daí a necessidade de sempre julgar procurando verdadeiramente colocar-se no lugar do outro.

Assim, para o juiz, promotor, advogado ou delegado, que se entende cristão, recomendável se faz abandonar qualquer eventual vaidade messiânica, pensando que está contribuindo para a salvação da sociedade ao condenar pessoas. Não está, muito embora se deva reconhecer que possa estar realizando o tal *mal necessário*. Com isso, a última recomendação de Tolstói atenua a conclusão radical que se poderia extrair da análise superficial de suas considerações. Não precisamos abandonar tudo, mas devemos evitar a mentira e a ilusão, hoje em dia muito difundidas nas *teorias sobre as funções ideais das penas*, as quais, em rigor, não refletem a situação real do cárcere. A Literatura pode nos ajudar a ver isso, como exemplifica, dentre tantos outros, o romance “Ressurreição”, de Tolstói.

Daí, de todas essas considerações e também de nossa experiência profissional e acadêmica, surgiram as propostas veiculadas no presente trabalho. Contudo, um projeto de lei não é tarefa para um só. As propostas descritas nesta tese não foram concebidas para serem aplicadas sem discussão. É preciso submetê-las ao debate racional público, ao saudável diálogo. Por isso, esta tese não tem vocação para o monólogo, mas sim para o diálogo com todos os leitores. Além de inevitáveis, são, em verdade, imprescindíveis as opiniões, as críticas, as sugestões, a concordância e a discordância. Sem que a discordância implique

ódio ou menosprezo. Discordamos em parte de Tolstói e, no entanto, sua obra só nos causa admiração.

Nekhliúdob, personagem criada por Tolstói em “Ressurreição”, que, em diversos momentos parece ser o alter ego do autor, discordou em quase tudo de seu cunhado, Ignáti Nikíforovitch, funcionário do sistema criminal russo, e discutiu veementemente com ele. Todavia, chegando ao ponto de ofender o seu cunhado, viu as suas lágrimas e comoveu-se com elas. Nekhliúdob percebeu, nesse momento, que talvez não fosse tão bom quanto pensava. Fica essa como a última lição de Tolstói a ser seguida.

REFERÊNCIAS

A DOR de urinar, menstruar e dar à luz após mutilação genital. **BBC Brasil**, [S.l.], 14 maio 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional/2016/05/160426_mutilacao_genital_depoimento_fn>. Acesso em: 2 dez. 2017.

ABEL, Oliver. Justiça e mal. In: GARAPON, Antoine; SALAS, Denis. **A justiça e o mal**. Tradução de Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ABELARDO, Pedro. **Ética, ou conhece-te a ti mesmo**: scito te ipsum. Tradução de Tiago Tondinelli. Campinas: Ecclesiae, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Pilatos e Jesus**. Tradução de Silvana de Gaspari e Patricia Peterle. São Paulo: Boitempo; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

AGÊNCIA BRASIL. PMs são condenados a 624 anos de prisão por 52 mortes no Massacre do Carandiru. **Carta Capital**, São Paulo, 3 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pms-sao-condenados-a-624-anos-de-prisao-por-52-mortes-no-massacre-do-carandiru-2938.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. Contra o aborto, deputado propõe assegurar na Constituição direito à vida desde a concepção. **Justificando**, [S.l.], 12 ago. 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/08/12/contr-o-aborto-deputado-propoe-assegurar-na-constituicao-direito-a-vida-desde-a-concepcao/>>. Acesso em: 6 dez. 2017

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Levantamento dos Presos Provisórios do País e Plano de Ação dos Tribunais. **Portal do CNJ**, Brasília, 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais>>. Acesso em: 23 out. 2017.

ALBRECHT, Hans-Jörg. Crime risk assessment, legislation, and the prevention of serious crime. In: ALBRECHT, Hans-Jörg; KILCHLING, Michael; BRAUN, Elisabeth (Ed.). **Criminal preventive risk**. Freiburg: Max-Planck, 2002.

ALLARD, Pierre; NORTHEY, Wayne. Christianity: the rediscovery of restorative justice. In: HADLEY, Michel L. (Ed.). **The spiritual roots of restorative justice**. New York: State University of New York Press, 2001. p. 119-141.

ALTARES, Guillermo. Criminosos nazistas: a justiça tarda, mas não falha. **El País**, [S.l.], 21 jun. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466445968_256932.html>. Acesso em: 3 nov. 2017.

AMBOS, Kai. Os terroristas também têm direitos: Bin Laden não devia ter sido executado – nem mesmo em um conflito armado. Tradução de Pablo Rodrigo Alflen. **Boletim do IBCCRIM**, São Paulo, ano 19, n. 223, jun. 2011.

AQUINO, Santo Tomás de. **Da justiça**. Tradução de Tiago Tondinelli. Campinas: Vide Editorial, 2012.

AQUINO, Santo Tomás de. **O livre-arbítrio**: questiones disputatae de veritate: questão 24. Tradução, edição e notas de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: Edipro, 2015.

ARAÚJO, Cynthia Pereira de. **Nazismo e o conceito de não positivismo jurídico**. Curitiba: Juruá, 2015.

ARAUJO Y GÓMEZ, Fernando. El tolstoísmo y el anarquismo. In: GONZÁLEZ, José Calvo (Org.). **El alma y la ley**: Tolstói entre juristas. España (1890-1928). Sevilla: Comunicación Social, 2010.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. 11. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

ARISTÓTELES. **Sobre a alma**. Tradução de Ana Maria Lóio. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ASLANOV, Cyril. **A tradução como manipulação**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ASÚA, Luis Jiménez de. **Derecho penal soviético**. Buenos Aires: TEA, 1947.

ASÚA, Luis Jiménez de. **Tratado de derecho penal**. Buenos Aires: Losada, 1950. t. II.

ATIENZA, Manuel. Contribución para una teoría de la legislación. In: CONGRESO DE LA FEDERACIÓN DE ASOCIACIONES DE SOCIOLOGÍA DEL ESTADO ESPAÑOL, 3., 1989, San Sebastián. **Anales...** San Sebastián, 1989. p. 385-403. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/14177_0.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 4. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BAÑOS, Josep-E.; GUARDIOLA, Elena. ¿Leer a Tolstói nos hace mejores médicos? Reflexiones en torno a «La muerte de Iván Ilich». **Revista de Medicina y Cine**, Salamanca, v. 12, n. 3, p. 170-176, 2016. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/medicina_y_cine/article/view/15066>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BARAK, Aharon. **The judge in a democracy**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BARBOSA, Bernardo. Gilmar Mendes e Barroso batem boca e trocam acusações no plenário do STF. **Uol Notícias**, São Paulo, 26 out. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/10/26/gilmar-mendes-e-barroso-batem-boca-e-trocam-acusacoes-no-plenario-do-stf.htm>>. Acesso em: 31 out. 2017.

BARBOSA, Milton Gustavo Vasconcelos. A justiça “deste mundo”, o “justo” transcendente e a justiça de transição. In: FENSTERSEIFER, Daniel Pulcherio (Coord.). **Estudos em ciências criminais**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 42-58.

BAREL, Yves. **Le paradoxe et le système**: essai sur le fantastique social. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1979.

BARROSO diz que os interessados em barrar Lava-Jato são muitos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º set. 2017. Disponível: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/09/01/barroso-diz-os-interessados-em-barrar-lava-jato-sao-muitos/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

BARROSO: “Sistema é feito para não funcionar”. **Monitor Digital**, [S.l.], 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/barroso-sistema-e-feito-para-nao-funcionar>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BASSIOUNI, M. Cherif. **The Shari’a and Islamic criminal justice in time of war and peace**. New York: Cambridge University Press, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Torrieri Guimarães. 11. ed. São Paulo: Hemus, 1995.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.

BERNABUCCI, Cláudio. De Karl Marx a papa Francisco. **Carta Capital**, São Paulo, 1º jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/902/de-karl-marx-a-papa-francisco>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BHATTACHARJEE, Yudhijit. Aurora da vida. **National Geographic Brasil**, [S.l.], ano 15, n. 178, p. 26-43, jan. 2015.

BIANCHERI, Boris. **Conciliar o mundo**. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 7. reimp. Nova ed. rev. e ampl. Tradução de Euclides Martins Balancin *et al.* Coordenação de Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo e Ana Flora Anderson. São Paulo: Paulus, 2011.

BITTENCOURT, Renato Nunes. As influências de Tolstói e de Dostoiévski na análise nietzschiana sobre a gênese da experiência crística. **Ítaca**, [S.l.], n. 15, p. 110-145, out. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ltaca/article/view/277/259>>. Acesso em: 5 maio 2016.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do cristianismo**. Tradução de Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento, 2012.

BOTELHO, José Francisco. Em que momento o feto vira ser humano? **Super Interessante**, [S.l.], 1º dez. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/em-que-momento-o-feto-vira-ser-humano/>>. Acesso em: 6 out. 2017.

BRACCO, Bruno Amabile. **As religiões e o movimento rumo ao perdão**: um desafio para o direito penal. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRACCO, Bruno Amabile. **Carl Jung e o direito penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. 16. ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

BRAITHWAITE, John. Restorative justice for banks through negative licensing. **The British Journal of Criminology**, v. 49, p. 439-450, 2009.

BRAITHWAITE, John. Setting standards for restorative justice. **The British Journal of Criminology**, v. 42, p. 563-577, 2002.

BRAITHWAITE, John; PETTIT, Philip Pettit. **Not just deserts**: a republican theory of criminal justice. New York: Oxford University Press, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Sistema de penas, dogmática jurídico-penal e política criminal**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

CANTUÁRIA, Anselmo de. **Por que Deus se fez homem?** Tradução de Daniel Costa. São Paulo: Novo Século, 2003.

CAPUCHINHO, Cristiane. Especialistas veem exagero em diagnósticos do TDAH e criticam medicação excessiva. **Uol Notícias**, São Paulo, 11 dez. 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/12/11/especialistas-veem-exagero-em-diagnosticos-do-tdah-e-reclamam-de-medicacao-excessiva-em-criancas.htm>>. Acesso em: 31 jun. 2016.

CARNEIRO, Pedro Erik. **Teoria e tradição da guerra justa**: do Império Romano ao Estado Islâmico. Campinas: Vide Editorial, 2016.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Tradução de Carlos Eduardo Trevelin Millan. São Paulo: Pillares, 2006.

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Direito penal a marteladas (algo sobre Nietzsche e o direito)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CARVALHO, Marco Antônio; MENDES, Carlos. Com sete casos por dia, latrocínios aumentam 58% no país em sete anos. **Estadão**, São Paulo, 30 out. 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,com-sete-casos-por-dia-latrocínios-aumentam-58-no-pais-em-sete-anos,70002065437>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

CARVALHO, Tadeu Fernandes de; D'OTTAVIANO, Itala M. Loffredo. Sobre Leibniz, Newton e infinitésimos: das origens do cálculo infinitesimal aos fundamentos do cálculo diferencial paraconsistente. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-43, 2006.

CERDA, Ania Salinas. Artigos 13 a 16: Ativação da jurisdição. Remessa por Estado Parte. Iniciativa do Procurador. Remessa pelo Conselho de Segurança da ONU. Suspensão da investigação ou do procedimento. In: STEINER, Sylvia Helena; BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Coord.). **O Tribunal Penal Internacional: comentários ao Estatuto de Roma**. Tradução de Belisa Carvalho Nader. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. p. 285-326.

CERVINI, Raúl. **Os processos de descriminalização**. Tradução de Eliana Granja, Jeni Vaitsman, José Henrique Pierangeli e Maria Alice Andrade Leonardi. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CHADE, Jamil. ONU denuncia Brasil por não punir policiais que matam. **Estadão**, São Paulo, 3 mar. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,onu-denuncia-impunidade-em-crimes-cometidos-pela-policia,10000019846>>. Acesso em: 31 out. 2017.

CHRISTIE, Nils. Conflict as property. **The British Journal of Criminology**, v. 17, 1977.

CHRISTIE, Nils. **Limites à dor: o papel da punição na política criminal**. Tradução de Gustavo Noronha de Avila, Bruno Silveira Rigon e Isabela Alves. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Tradução, apresentação e notas de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

CLARAVAL, São Bernardo de. **Opúsculo sobre o livre-arbítrio**. Tradução de Tiago Tondinelli. Campinas: Ecclesiae, 2013.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Tradução de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 9. ed. rev. e ampl. com a legislação complementar da CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

COHN, Haim. **O julgamento de Jesus, o Nazareno**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

COMBLIN, José. Cristianismo e direito. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito: o mandamento do amor e a meta da justiça**. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 165-174.

CONCHE, Marcel. **O fundamento da moral**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CONDENADO recebe perdão de família de vítima e se salva da forca no Irã. **Portal G1**, São Paulo, 17 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/sequencia-de-fotos-mostra-execucao-de-homem-em-praca-publica-no-ira.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CONDESCENDÊNCIA. In: MINIDICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 185.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. **Carta de Saudação e Apoio à Agenda Nacional pelo Desencarceramento**. Brasília: CONIC, 2016. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2016/10/SAUDACAO-E-APOIO-DESENCARCERAMENTO.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

COPLE, Júlia. Para 50% dos brasileiros, mulher que aborta deve ser presa, diz pesquisa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 dez. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/para-50-dos-brasileiros-mulher-que-aborta-deve-ser-presa-diz-pesquisa-22146558>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

COSTA, Ana Maria. Por que legalizar o aborto? **Carta Capital**, São Paulo, 28 set. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/por-que-legalizar-o-aborto-4482.html>>. Acesso em: 6 out. 2017.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Criminalização do aborto e dignidade penal: uma abordagem à luz do critério de adequação dos fins. In: REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaina Conceição (Coord.). **Mulher e direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 217-227.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Dignidade humana: breves reflexões. In: PASCHOAL, Janaina Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: GZ, 2014. p. 202-218.

COSTA, Helena Regina Lobo da. **Dignidade humana**: teorias de prevenção geral positiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CRESPO, Eduardo Demetrio. Do “direito penal liberal” ao “direito penal do inimigo”. **Ciências Penais**, [S.l.], v. 1, jul. 2004. Disponível em: <<http://professorluizregisprado.com/Artigos/Eduardo%20Demetrio/Eduardo%20Demetrio%20Crespo-Do%20Direito%20Penal%20Liberal%20ao%20Direito%20Penal%20do%20Inimigo.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CRIMINALIZAÇÃO do aborto é incompatível com o Estado laico. **Opinião & Crítica**, [S.l.], 11 abr. 2012. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/opinio/criminalizacao-do-aborto-e-incompativel-com-estado-laico/>>. Acesso em: 6 out. 2017.

CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. **Constituição e crime**: uma perspectiva da criminalização e da descriminalização. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. Pena de morte: o erro anunciado. **Revista JurisFIB**, Bauru, ano VII, v. VII, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistajurisfib.com.br/ver-artigo.php?id=51>>. Acesso em: 20 set. 2017.

DALLAGNOL, Delton. Brasil é o paraíso da impunidade para os réus do colarinho branco. **Uol Notícias**, [S.l.], 1º out. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2015/10/01/brasil-e-o-paraiso-da-impunidade-para-reus-do-colarinho-branco.htm>>. Acesso em: 23 out. 2017.

DALRYMPLE, Theodore. **A vida na sarjeta**: o círculo vicioso da miséria moral. Tradução de Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014.

DANTAS, Dimitrius. “Falta de remorso é o padrão do corrupto”, diz Graham Brooks. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-remorso-o-padrao-do-corrupto-diz-graham-brooks-22115021>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

DEBUYST, Christian. Les paradigmes du droit penal et les criminologies cliniques. **Criminologie**, v. 25, n. 2, p. 49-72, 1992. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/crimino/1992/v25/n2/017322ar.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Direito penal do inumano**. Tradução de Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito penal**: parte geral: tomo I. 1 ed. brasileira e 2. ed. portuguesa. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra Editora, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Liberdade Culpa Direito Penal**. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

DIAS, Pedro Sales. Homens têm de assumir filhos contra a sua vontade, decide Constitucional. **Público**, [S.l.], 20 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.pUBLICO.pt/2015/07/20/sociedade/noticia/homens-tem-de-assumir-a-paternidade-de-filhos-nascidos-contra-a-sua-vontade-decide-constitucional-1702527>>. Acesso em: 7 out. 2017.

DICKENS, Charles. **Grandes esperanças**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.

DIETER, Mauricio Stegeman. **Política criminal atuarial**: a criminologia do fim da história. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DJABAKATE, Mohamed Madi. **Le role da la Cour Penale Internationale en Afrique**. Paris: L'Harmattan, 2014.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e castigo**. 6. ed. Tradução, prefácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2009.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. O meio. In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Diário de um escritor (1873)**: meia carta de um sujeito. Tradução de Moisei e Daniela Mountian. São Paulo: Hedra, 2016.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os irmãos Karamázov**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Recordações da casa dos mortos**. Tradução de Nicolau S. Peticov. 2. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

DOTTI, René Ariel. O projeto Sarney de código penal. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 61, n. 434, dez. 2013.

DREHER, Martin N. Introdução ao “Da vontade cativa”. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**: debates e controvérsias – II. Tradução de Luís H. Dreher,

Ilson Kayser, Luís M. Sander e Helberto Michel. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993.

DUARTE, Joana. Criminalização do aborto é incompatível com Estado laico. **Opinião & Notícia**, Rio de Janeiro, 11 abr. 2012. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/opinio/criminalizacao-do-aborto-e-incompativel-com-estado-laico/>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

DUARTE, José Henrique. **Todo o homem é maior que o seu erro**: a mediação restaurativa no direito prisional português. Coimbra: Edição do autor, 2012.

DWORKIN, Ronald. **A raposa e o porco-espinho**: justiça e valor. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões. Revisão técnica e da tradução de Cícero Araújo e Luiz Moreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Tradução de Luís Carlos Borges. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EAGLEMAN, David. **Incógnito**: as vidas secretas do cérebro. Tradução de Rytá Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ECO, Umberto. O lobo e o cordeiro. Retórica da prevaricação. In: ECO, Umberto. **A passo de caranguejo**: guerras quentes e populismo mediático. Tradução de Ana Eduarda Santos. Lisboa: Gradiva, 2012.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ÉSQUILO. **Oresteia III**: Eumênides. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2013.

FALTA de sala de Estado Maior não leva automaticamente à prisão domiciliar. **Revista Consultor Jurídico**, [S.l.], 11 abr. 2017. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2017-abr-11/falta-sala-estado-maior-nao-garante-prisao-domiciliar>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

FERNANDES, Marcella. Feminicídio não é prioridade do Estado, denuncia promotora. **Revista Exame**, São Paulo, 4 jan. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/feminicidio-nao-e-prioridade-do-estado-denuncia-promotora/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. Tradução de Ana Paula Zomer, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares, Luiz Flavio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. Existem, no Brasil, garantias do devido processo legal? **Carta Capital**, São Paulo, ano XXIII, n. 979, 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/979/existem-no-brasil-garantias-do-devido-processo-legal>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. **Razones jurídicas del pacifismo**. Traducción de Gerardo Pisarello. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Conceito de sistema no direito**. São Paulo: EDUSP; Revista dos Tribunais, 1976.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de filosofia do direito**: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Função social da dogmática jurídica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013.

FINNIS, John. **Direito natural em Tomás de Aquino**: sua reinserção no contexto do juspositivismo analítico. Tradução de Leandro Cordioli. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007.

FLETCHER, George P. **The grammar of criminal law**: American, comparative and international. New York: Oxford University Press, 2007.

FRANÇA aprova punição a clientes de prostitutas. **Portal G1**, [S.l.], 6 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/franca-aprova-punicao-clientes-de-prostitutas.html>>. Acesso em: 13 set. 2017

FRANCE PRESSE. Prostitutas fazem ato em Paris contra criminalização da prostituição. **Portal G1**, São Paulo, 28 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/prostitutas-fazem-ato-em-paris-contra-criminalizacao-da-prostituicao.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017

FRANCE, Anatole. **O lírio vermelho**. Tradução revista por Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

FRANCISCO I, Papa. **Carta Apostólica Misericordia et misera**. Vaticano, 2016. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papafrancesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017

FRANCISCO I, Papa. **O nome de Deus é misericórdia**. Tradução de Catarina Mourão. São Paulo: Planeta, 2016.

FRANCISCO I, Papa. **Quem sou eu para julgar?** Reunido e editado por Anna Maria Foli. Tradução de Clara A. Colotto. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

FRANCO, Affonso Arinos de Mello. **Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas**. Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, 1930.

FRIESS, Steve. After apologies, Simpson is sentenced to at least 9 years for armed robbery. **New York Times**, New York, 5 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/12/06/us/06simpson.html>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GARAPON, Antoine. **Crimes que não se podem punir nem perdoar**: para uma justiça internacional. Tradução de Pedro Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 2004

GARCIA, Basileu. **Instituições de direito penal**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1. t. 1.

GARCIA, Lenise. O ministro da saúde e os números do aborto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 maio 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/o-ministro-da-saude-e-os-numeros-do-aborto-e84gej15kc312sso6059o909>>. Acesso em: 9 out. 2017.

GAROFALO, Raffaele. **La criminología**: estudio sobre el delito y la teoría de la represión. Traducción de Pedro Dorado Montero. Montevideo; Buenos Aires: B de F Editorial, 2005.

GEMMETTE, Elizabeth Villiers. **Law in literature**: legal themes in short stories. New York: Praeger, 1992.

GIRARD, René. **O sacrifício**. Tradução de Margarita Maria Garcia Lamelo. São Paulo: É Realizações, 2011.

GOMES, Luiz Flávio. Aborto anencefálico: direito não é religião. **Migalhas**, [S.l.], 29 set. 2008. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI69737,91041-Aborto+Anencefalico+direito+nao+e+religiao>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

GOMES, Luiz Flávio. **O jogo sujo da corrupção**. Bauru: Astral Cultural, 2017.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. O aborto sob a ótica do princípio da proporcionalidade no direito penal. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge;

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães (Org.). **Estudos em homenagem a Ivete Senise Ferreira**. São Paulo: LiberArs, 2015. p. 345-356.

GONZÁLEZ, José Calvo. Tolstói e o direito: sobre a educação jurídica. In: STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam. **Os modelos de juiz**: ensaios de direito e literatura. São Paulo: Atlas, 2015. p. 45-74.

GONZÁLEZ, José Calvo. Tolstói y la cultura literaria del Derecho en España (1890-1928). In: GONZÁLEZ, José Calvo (Coord.). **El alma y la ley**: Tolstói entre

juristas: España (1890-1928). Sevilla; Zamora: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2010.

GORRINGE, Timothy. **God's just vengeance**: crime, violence and the rhetoric of salvation. New York: Cambridge University Press, 2002.

GOYARD-FABRE, Simone. **Filosofia crítica e razão jurídica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GREENE, Joshua; COHEN, Jonathan. For the law, neuroscience changes nothing and everything. In: TONRY, Michael (Ed.). **Why punish? How much?**: a reader on punishment. New York: Oxford University Press, 2011.

HARDING, Ashley *et al.* Killer collapses sobbing in court as mother describes slain daughter. **News4JAX**, [S.l.], 2 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.news4jax.com/news/local/jacksonville/james-rhodes-pleading-guilty-to-murder-of-shelby-farah>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

HARRIS, Sam. **A morte da fé**: religião, terror e o futuro da razão. Tradução de Isa Mara Lando e Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HARRIS, Sam. **Free will**. New York: Free Press, 2012.

HART, Herbert. **O conceito de direito**. Tradução de Antônio de Oliveira Sette-Câmara. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HASSEMER, Winfried. **Direito penal**: fundamentos, estrutura, política. Tradução de Adriana Beckman Meirelles, Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos, Felipe Rhenius Nitzke, Mariana Ribeiro de Souza e Odim Brandão Ferreira. Porto Alegre: SAFE, 2008.

HASSEMER, Winfried. Neurociências e culpabilidade em direito penal. Tradução de Paulo César Busato. In: BUSATO, Paulo César (Org.). **Neurociência e direito penal**. São Paulo: Atlas, 2014.

HERVADA, Javier. **O que é o direito?** A moderna resposta do realismo jurídico. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HIRSCH, Andrew von. **Censurar y castigar**. Tradução de Elena Larrauri. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. Consultoria jurídica de Thélío de Magalhães. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2000.

HOFFMAN, Morris B. **The punisher's brain: the evolution of judge and jury**. New York: Cambridge University Press, 2014.

HOMEM é linchado após assaltar ônibus em Castelo Branco. **Correio 24 Horas**, Salvador, 27 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/homem-e-linchado-apos-assaltar-onibus-em-castelo-branco/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

HOMMERDING, Adalberto Narciso; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Racionalidade das leis penais e legislação penal simbólica**. Rio de Janeiro: GZ, 2014.

HUFF, Darrel. **Como mentir com estatística**. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2012.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Tradução de Maria Lúcia Karam. Niterói: Luam, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS *et al.* **Caderno de propostas legislativas: 16 medidas contra o encarceramento em massa**. Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/docs/2017/16MEDIDAS_Caderno.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Rio de Janeiro, 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

I THINK it's time we broke for lunch... **Economist**, [S.l.], 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/18557594>>. Acesso em: 26 out. 2017.

JAKOBS, Günther. Indivíduo e pessoa: imputação jurídico-penal e os resultados da moderna neurociência. Tradução de Eduardo Saad-Diniz. In: POLAINO-ORTS, Miguel; SAAD-DINIZ, Eduardo (Org.). **Teoria da pena, bem jurídico e imputação**. São Paulo: LiberArs, 2012.

JAKOBS, Günther. **Tratado de direito penal**: teoria do injusto penal e culpabilidade. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes e Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e religião**. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KARAM, Maria Lúcia. Pela abolição do sistema penal. In: PASSETTI, Edson (Coord.). **Curso livre de abolicionismo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

KELSEN, Hans. **A justiça e o direito natural**. Tradução de João Baptista Machado. Coimbra: Almedina, 2009.

KELSEN, Hans. **A paz pelo direito**. Tradução de Lenita Ananias do Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KELSEN, Hans. **O que é justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. Tradução de Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KELSEN, Hans. **Teoria geral das normas**. Tradução de José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KELSEN, Hans. Will the judgment in the Nuremberg Trial constitute a precedent in International Law? In: METTRAUX, Guénaél (Ed.). **Perspectives on the Nuremberg Trial**. New York: Oxford Press, 2008.

KEY, Ushimura. **Beyond the “judgment of civilization”**: the intellectual legacy of the Japanese war crime trials, 1946-1949. Translation by Steven J. Ericso. Tokyo: The International House of Japan, 2003.

KIRCHMANN, Julius Hermann von. **La jurisprudencia no es ciencia**. Traducción y escrito preliminar de Antonio Truyol y Serra. Madrid: Colección Civitas, 1949.

KORITANSKY, Peter Karl. **Thomas Aquinas and the philosophy of punishment**. Washington: The Catholic University of America Press, 2012.

LAZZARINI, Sergio. **Capitalismo de laços**: os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LE MONDE diz que o Brasil é o “reino da impunidade”. **Pragmatismo Político**, [S.l.], 6 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/le-monde-brasil-reino-impunidade.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Ensaio de teodiceia**: sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal. Tradução de William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

LESSA, Pedro. **O determinismo psíquico e a imputabilidade e responsabilidade criminaes**. São Paulo: Typographia Duprat & Comp., 1905.

LEWIS, Clive Staples. **Cristianismo puro e simples**. Tradução de Álvaro Opperman e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LIBET, Benjamim. Do we have free will? **Journal of Consciousness Studies**, v. 6, n. 8-9, p. 47-57, 1999. Disponível em: <<http://pacherie.free.fr/COURS/MSCLibet-JCS1999.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

LISZT, Franz von. **A ideia do fim no direito penal**. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. São Paulo: Rideel, 2005.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito**. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. v. I.

LUTERO, Martinho. Da vontade cativa. In: LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**: debates e controvérsias – II. Tradução de Luís H. Dreher, Ilson Kayser, Luís M. Sander e Helberto Michel. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993.

LYNCH, Mona; OMORI, Marisa. Law on the books and law in action don't always align. **Life of the Law**, [S.l.], 19 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.lifeofthelaw.org/2014/06/law-on-the-books-and-law-in-action-dont-always-align/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MACKIE, John. Evil and omnipotence. **Mind**, New Series, v. 64, n. 254, p. 200-212, abr. 1955. Disponível em: <<http://www.ditext.com/mackie/evil.html>>. Acesso em: 3 maio 2016.

MADEIRO, Carlos. Após 10 anos, assalto ao BC do CE tem 26 esperando julgamento e 2 foragidos. **Uol Notícias**, Maceió, 5 ago. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/05/apos-10-anos-assalto-ao-bc-do-ce-tem-26-esperando-julgamento-e-2-foragidos.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

MAGLIE, Cristina de. **Los delitos culturalmente motivados**: ideologías y modelos penales. Traducción de Víctor Manuel Macías Caro. Madrid: Marcial Pons, 2012.

MARIANO, Fábio. Fundamentos axiológicos do direito: a relação constitutiva entre direito e valor. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito**: o mandamento do amor e a meta da justiça. São Paulo: Paulinas, 2010.

MARÍAS, Julián. **A perspectiva cristã**. Tradução de Diva Ribeiro de Toledo Piza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARQUES, Oswaldo H. Duek. **Fundamentos da pena**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MARSHALL, Christopher D. **Beyond retribution: a New Testament vision for justice, crime and punishment.** Cambridge: Lime Grove House Publishing, 2001.

MARTÍN, Luis Gracia. **O horizonte do finalismo e o direito penal do inimigo.** Tradução de Luiz Regis Prado e Érika Mendes de Carvalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MARTÍN, Luis Gracia. **Prolegômenos para a luta pela modernização e expansão do direito penal e para a crítica do discurso de resistência.** Tradução de Érika Mendes de Carvalho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.

MASCARO, Alysso Leandro. **Utopia e direito: Ernst Bloch e a ontologia jurídica da utopia.** São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MATA, Federico Bueno de. Fidel Castro: ¿De héroe revolucionario al banquillo de los acusados? In: VADELL, Lorenzo M. Bujosa; SÁNCHEZ, María del Carmen Calvo. **Hacia un verdadero espacio judicial europeo.** Granada: Comares, 2008.

MATHIESEN, Thomas. **Juicio a la prisión.** Traducción de Mario Coriolano y Amanda Zamuner. Buenos Aires: Ediar, 2003.

MCGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã.** Tradução de Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd Publicações, 2013.

MELLO, Patrícia Campos. Albinos são alvo de mutilações e assassinatos em países africanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/10/1355974-albinos-sao-alvo-de-mutilacoes-e-assassinatos-em-paises-africanos.shtml>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Jurisprudência internacional. **Informativo CEAf**, Natal, n. 3, set. 2003. Disponível em: <http://www.mprn.mp.br/control/file/2013/INFORMATIVOCEAF/Informativo%20CEAF_%20n3_020913.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

MINISTRA Cármen Lúcia envia denúncia contra Michel Temer à Câmara. **Notícias STF**, Brasília, 21 set. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=356422>>. Acesso em: 27 set. 2017.

MONTENEGRO, Manuel. CNJ divulga dados sobre nova população carcerária brasileira. **Agência CNJ**, Brasília, 5 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61762-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 23 out. 2017.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Direito penal racional**: propostas para a construção de uma teoria da legislação e para uma atuação criminal preventiva. Curitiba: Juruá, 2016.

MORRE guarda nazista de Auschwitz condenado à prisão em julgamento em 2016. **Portal G1**, São Paulo, 1º jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/morre-guarda-nazista-de-auschwitz-condenado-a-prisao-em-julgamento-em-2016.ghtml>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MURICY, Marília. **Senso comum e direito**. São Paulo: Atlas, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre direito**. Tradução, apresentação e notas de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Edições Loyola, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2009.

NOTÍCIAS BRASIL TUBE. Sistema de punição no Brasil não funciona para ricos, diz Barroso do STF. **Youtube**, [S.l.], 1º jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B8epHFW0RIY>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

O. J. SIMPSON é condenado a 15 anos de prisão em Las Vegas. **Folha Online**, São Paulo, 5 dez. 2008. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2008/12/475779-oj-simpson-e-condenado-a-15-anos-de-prisao-em-las-vegas.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

OAKESHOTT, Michael. Racionalismo na política. In: OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Tradução de André Bezamat. Belo Horizonte: Âyiné, 2016. p. 15-89.

OLIVÉ, Juan Carlos Ferré *et al.* **Direito penal brasileiro**: parte geral: princípios fundamentais e sistema. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLIVEIRA, Alessandra; FERNANDEZ, Sophie Perez. O porteiro e a lei. **Julgar**, Coimbra, n. 14, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Ariadna. O infanticídio indígena e o silêncio quebrado. **Impacto Publicações**, [S.l.], 2 mar. 2012. <https://www.revistaimpacto.com.br/o-infanticidio-indigena-e-o-silencio-quebrado/>. Acesso em: 2 dez. 2017.

OLTERMANN, Phillip. Ex-Auschwitz guard talks of shame during Trial over mass killings. **The Guardian**, Berlim, 29 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/apr/29/auschwitz-guard-reinhold-hanning-holocaust-trial>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

ORDEIG, Enrique Gimbernat. **Conceito e método da ciência do direito penal**. Tradução de José Carlos Gobbis Pagliuca. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ORDEIG, Enrique Gimbernat. **O futuro do direito penal**: (tem futuro a dogmática jurídico-penal?). Tradução de Mauricio Antonio Ribeiro Lopes. Barueri: Manole, 2004.

ORÍGENES. **Tratado sobre os princípios**. Tradução de João Eduardo Pinto Basto Lupi. São Paulo: Paulus, 2012.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Tradução de Paula Vaz de Almeida. Revisão técnica de Alysson Leandro Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. **A fábrica de penas**: racionalidade legislativa e a lei dos crimes hediondos. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. A política legislativa e a racionalidade das leis penais no Brasil. In: PASCHOAL, Janaina Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: GZ, 2014. p. 361-374.

PALMA, Rodrigo Freitas. **O julgamento de Jesus Cristo**: aspectos histórico-jurídicos. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2009.

PAPA autoriza que padres deem perdão em caso de aborto. **Veja.com**, [S.l.], 21 nov. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/papa-autoriza-que-padres-deem-perdao-em-casos-de-aborto/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

PASCHOAL, Janaina Conceição. **Constituição, criminalização e direito penal mínimo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PASCHOAL, Janaina Conceição. **Direito penal e religião**: as várias interfaces de dois temas que aparentam ser estanques. 2017. Tese (Concurso para Professor Titular de Direito Penal da Universidade de São Paulo) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PASCHOAL, Janaina Conceição. **Direito penal**: parte geral. 2. ed. Barueri: Manole, 2015.

PASCHOAL, Janaina Conceição. O papel do direito penal na preservação da vida. In: SANCHES, Mário Antônio *et al.* (Org.). **O evangelho da vida**: diálogo entre teologia e bioética. Curitiba: CRV, 2016. p. 189-211.

PASCHOAL, Janaina Conceição. Verdadeiras Repúblicas não convivem com dois pesos e duas medidas. In: PASCHOAL, Janaina Conceição; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: GZ, 2014. p. 219-236.

PASSAGEIROS de ônibus reagem a assalto e lincham assaltante em Goiânia. **O Popular**, Palmas, 31 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/passageiros-de-%C3%B4nibus-reagem-a-roubo-e-lincham-assaltante-em-goi%C3%A2nia-1.1203207>>. Acesso em: 26 out. 2017.

PASSOS, João Décio. Relações entre teologia e direito: a justiça como fonte e meta comum. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito**: o mandamento do amor e a meta da justiça. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 85-99.

PASTOR, Daniel R. **El poder penal internacional**: una aproximación jurídica crítica a los fundamentos del Estatuto de Roma. Barcelona: Atelier, 2006.

PASTOR, Daniel R. La imprescriptibilidad de los crímenes internacionales en conexión con el fenómeno del terrorismo. In: SERRANO-PIEDRECASAS, José Ramón; CRESPO, Eduardo Demetrio (Dir.). **Terrorismo y Estado de Derecho**. Madrid: Iustel, 2010.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Agenda Nacional pelo Desencarceramento**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/agenda-nacional-pelo-desencarceramento>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PENSADOR.COM. **Biografia de Rui Barbosa**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.pensador.com/autor/rui_barbosa/biografia>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PIAUÍ, William de Siqueira; SILVA, Juliana Cecci. Teologia natural leibniziana versus newtoniana. In: LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Ensaio de teodiceia**: sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal. Tradução de William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil**: evolução histórica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PINTO, Andrea. As primeiras palavras de O. J. Simpson após a sua libertação. **Mundo ao Minuto**, [S.l.], 2 out. 2017. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/874865/as-primeiras-palavras-de-oj-simpson-apos-a-sua-libertacao>>. Acesso em: 28 out. 2017.

PLANTINGA, Alvin. **Deus, a liberdade e o mal**. Tradução de Desidério Murcho. São Paulo: Vida Nova, 2012.

PLENÁRIO confirma afastamento de Eduardo Cunha do mandato na Câmara. **Notícias STF**, Brasília, 5 maio 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=316009>>. Acesso em: 31 out. 2017.

PONDÉ, Luiz Felipe. Coração da teologia semita é relação entre mal, perdão e misericórdia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2017/06/1893806-coracao->

da-teologia-semita-e-relacao-entre-mal-perdao-e-misericordia.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2017.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Crítica e profecia**: a filosofia da religião em Dostoiévski. São Paulo: Leya, 2013.

PONDÉ, Luiz Felipe. Metamorfoses. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0902200918.htm>>. Acesso em: 9 maio 2016.

PONDÉ, Luiz Felipe. **O homem insuficiente**: comentários de antropologia pascaliana. São Paulo: Edusp, 2014.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Os dez mandamentos (+ um)**: aforismos teológicos de um homem sem fé. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

POSNER, Richard A. **Law and literature**. 3. ed. Massachusetts: Harvard University Press, 2009.

PUCCI, Rafael Diniz. Responsabilização penal na sociedade de risco. In: SILVA, Luciano Nascimento Silva (Coord.). **Estudos jurídicos criminais**. Curitiba: Juruá, 2008.

RABELLO, Belkiss. **As cartilhas e os livros de leitura de Lev N. Tolstói**. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura Russas) – Departamento de Letras Orientais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RADBRUCH, Gustav. **Introdução à ciência do direito**. Tradução de Vera Barkow. Revisão técnica de Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

RÁDIO VATICANO. Papa explica como receber indulgência. **Canção Nova**, Cachoeira Paulista, 1º set. 2015. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/mundo/papa-explica-como-receber-indulgencia>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

RAMALHO, Renan. STF marca para 4 de outubro análise sobre autorizar candidatos sem partido político. **Portal G1**, Brasília, 25 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/stf-marca-para-4-de-outubro-analise-sobre-autorizar-candidatos-sem-filiacao-partidaria.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2017.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RAZ, Joseph. **O conceito de sistema jurídico**: uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos. Tradução de Maria Cecília Almeida. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Instituições de direito penal**: parte geral. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REALE JÚNIOR, Miguel. Um centro filosófico do sistema pena. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 22, n. 262, set. 2014.

REGULAMENTAÇÃO da prostituição confronta prostitutas e feministas radicais. **El País**, Rio de Janeiro, 1º ago. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469735633_689399.html>. Acesso em: 13 set. 2017.

REIS, Érika Figueiredo. **Justiça e espírito de vingança**: o que se quer quando se pede por justiça e o ressentimento do homem atual. Curitiba: Juruá, 2015.

RÉUS em ação penal não podem substituir presidente da República, decide Plenário. **Notícias STF**, Brasília, 7 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=331478&caixaBusca=N>>. Acesso em: 31 out. 2017.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **O julgamento de Pilatos ou Jesus Cristo perante a razão e os Evangelhos**. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1944.

RIBEIRO, Jorge Martins. **O direito do homem a rejeitar a paternidade de filho nascido contra a sua vontade**: a igualdade na decisão de procriar. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

RIBEIRO, Roberto Victor Pereira. **O julgamento de Jesus Cristo sob a luz do direito**. São Paulo: Pillares, 2010.

RICOEUR, Paul. **Amor e justiça**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RIGAUX, François. **A lei dos juízes**. Tradução de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIPOLLÉS, Antonio Quintano. **La criminología en la literatura universal**. Barcelona: Bosch, 1951.

RIPOLLÉS, José Luis Díez. **A política criminal na encruzilhada**. Tradução de André Luís Callegari. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

RIPOLLÉS, José Luis Díez. **La racionalidad de las leyes penales: práctica y teoría**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. **Livre arbítrio e direito penal: revisão frente aos aportes da neurociência e à evolução dogmática**. 2014. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROLAND, Paul. **Os julgamentos de Nuremberg: os nazistas e seus crimes contra a humanidade**. Tradução de Marisa Rocha Motta. São Paulo: M. Brooks do Brasil, 2013.

ROMERO, Marta Muñoz de Morales. Codificación y técnica legislativa en Estados Unidos de América. In: MARTÍN, Adán Nieto; ROMERO, Marta Muñoz de Morales; MUÑOZ, José Becerra (Dir.). **Hacia una evaluación racional de las leyes penales**. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 201-237

ROSA, Alexandre Morais da. Quase novidade, Teoria da Derrotabilidade merece ser melhor conhecida. **Consultor Jurídico**, [S.l.], 22 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-22/diario-classe-novidade-teoria-derrotabilidade-merece-melhor-conhecida>>. Acesso em: 31 out. 2017.

ROSA, Fábio Bittencourt da. **Legitimação do ato de criminalizar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

ROSSI, Marina. Câmara faz ofensiva para rever decisão histórica do Supremo sobre aborto. **El País**, São Paulo, 2 dez. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/30/politica/1480517402_133088.html>. Acesso em: 6 dez. 2017.

ROTTERDÃ, Erasmo de. **Livre-arbítrio e salvação**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Reflexão, 2014.

ROXIN, Claus. **Política criminal e sistema jurídico-penal**. Tradução de Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ROXIN, Claus. Reflexões sobre a construção do sistema jurídico-penal. Tradução de Alexis Couto de Brito. In: OLIVÉ, Juan Carlos Ferré *et al.* **Direito penal brasileiro**: parte geral: princípios fundamentais e sistema. Apresentação e prólogo de Claus Roxin. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 45-68.

SÁ, Alvin August de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SAFATLE, Vladimir. Claramente a favor do aborto. **Carta Capital**, São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/claramente-a-favor-do-aborto>>. Acesso em: 6 out. 2017.

SAHUQUILLO, María R. É proibido pagar por sexo na Suécia, França e outros seis países. **El País**, Madrid, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/internacional/1460050306_463588.html>. Acesso em: 13 set. 2017.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Direito penal e propriedade privada**: a racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio. São Paulo: Atlas, 2014.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Finalidades da pena**: conceito material de delito e sistema penal integral. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. **A expansão do direito penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. Tradução de Luiz Otavio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. **Aproximação ao direito penal contemporâneo**. Tradução de Roberto Barbosa Alves. Revisão de William Terra de Oliveira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. **Eficiência e direito penal**. Tradução de Mauricio Antonio Ribeiro Lopes. Barueri: Manole, 2004.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. La teoría de la determinación de la pena como sistema (dogmático): un primer esbozo. **Indret**: Revista para el Análisis del

Derecho, Barcelona, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2285650>>. Acesso em: 21 out. 2017.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. Retos científicos y retos políticos de la ciencia del derecho penal. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, n. 9, p. 83-102, 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2216986>>. Acesso em: 18 set. 2017.

SANCTIS, Fausto Martin de. Impacto nos cenários político, econômico e social após a atuação das varas federais criminais especializadas em lavagem de dinheiro e crimes financeiros. In: VELOSO, Roberto Carvalho; SILVA, Fernando Quadros da (Org.). **Justiça federal: estudos doutrinários em homenagem aos 45 anos da AJUFE**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 81-100.

SANCTIS, Fausto Martin de. **Responsabilidade penal das corporações e criminalidade moderna**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTO AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 7. reimp. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTO AGOSTINHO. **Sobre o sermão do Senhor na montanha, incluído o Pai Nosso**. Tradução de Carlos Nougué. São Paulo: Filocalia, 2016.

SBIZERA, José Alexandre Ricciardi. **Arte e direito: o lugar da literatura na formação do jurista crítico-sensível**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SCHEERER, Sebastian. A punição deve existir! Deve existir o direito penal? Tradução de Raphael Boldt. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 23, v. 117, p. 363-372, nov./dez. 2015.

SCHLOSSER, Markus. The neuroscientific study of free will: a diagnosis of the controversy. **Synthese**, v. 191, n. 2, p. 245-262, jan. 2014. Disponível em: <<http://philpapers.org/archive/SCHTNS.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Leão Tolstói: antiarte e rebeldia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Tradução, ato desmedido**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SCHREIBER, Mariana. As instituições estão funcionando? 5 momentos em que o equilíbrio entre Poderes deu “tilt”. **BBC Brasil**, [S.l.], 3 out. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41479560>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

“SE XINGAR minha mãe, espere um soco”, diz papa sobre ataque à Charlie Hebdo. **BBC Brasil**, [S.l.], 16 jan. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/01/150113_papa_reage_hb>. Acesso em: 10 out. 2017.

SEARLE, John R. **Liberdade e neurobiologia**: reflexões sobre o livre-arbítrio, a linguagem e o poder político. Tradução de Constancia Maria Egrejas Morel. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. O avesso do avesso do avesso (Sampa, Caetano Veloso). In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo; SOUZA, Luciano Anderson de (Coord.). **Direito penal na pós-modernidade**: escritos em homenagem a Antonio Luis Chaves Camargo. São Paulo: Quartier Latin, 2015. p. 453-465.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito penal econômico como direito penal de perigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SINGER, Peter. **Rethinking life and death**: the collapse of our traditional ethics. New York: St. Martin's Griffin, 1996.

SISTEMA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2004. p. 742.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. A problemática do bem e do mal: antes e para além do direito. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito**: o mandamento do amor e a meta da justiça. São Paulo: Paulinas, 2010.

SOLON, Ari Marcelo. **Os caminhos da filosofia e da ciência do direito**: conexão alemã no devir da justiça. Curitiba: Prisma, 2015

SORVEDOURO. In: GRANDE Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Instituto Antônio Houaiss; UOL, 2016. Disponível em: <<http://qwww.houaiss.uol.com.br/busca>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SOUZA, André de. Barroso: “Operação abafa” contra corrupção é ostensiva. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/barroso-operacao-abafa-contracorrupcao-ostensiva-21667339>>. Acesso em: 26 out. 2017.

STEINER, Rudolf. **A filosofia da liberdade**: fundamentos para uma filosofia moderna. Tradução de Marcelo da Veiga. 3. ed. São Paulo: Antroposófica, 2000.

STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência?** 6. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017

SUSPEITO é espancado após tentar invadir e assaltar ônibus em Santos. **Portal G1**, Santos, 16 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/assaltante-e-linchado-por-motorista-e-passageiros-de-onibus-em-santos.ghtml>>. Acesso em: 26 out. 2017.

SUTHERLAND, Edwin. **Crime de colarinho branco**: versão sem cortes. Tradução, apresentação e notas de Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

SZAFIR, Alexandra Lebelson. **Descasos 2**: uma advogada às voltas com o direito dos excluídos. São Paulo: Saraiva, 2014.

TARDÁGUILA, Cristina. #LupaAqui: ‘A reincidência atinge mais de 70% dos presos no Brasil’? **Folha Uol**, Teresina, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/07/12/lupaaqui-a-reincidencia-atinge-mais-de-70-dos-presos-no-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

TCHÉKHOV. **A ilha de Sacalina**: notas de viagem. Tradução de Júlia Ferreira e José Cláudio. Lisboa: Relógio D’Água, 2011.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Como ler a filosofia da mente**. São Paulo: Paulus, 2012.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Filosofia do cérebro**. São Paulo: Paulus, 2012.

TELLES JUNIOR, Goffredo. **A criação do direito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

THE OBSERVER. A terra treme no Vaticano. **Carta Capital**, São Paulo, 19 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/943/a-terra-treme-no-vaticano>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

THOMAS, Gordon. **O julgamento de Jesus**: um relato jornalístico sobre a vida e a inevitável crucificação de Jesus Cristo. Tradução de Miguel Herrera. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2007.

TOLSTÓI, L. **As palavras de Jesus**. Tradução de Paulo Silveira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

TOLSTÓI, Leo. **What to do?** Thoughts evoked by the Census of Moscow. Translation by Isabel F. Hapgood. Transcript of the 1887 edition, by Thomas Y. Crowell & Co., by David Price. New York: [s.n.], [201-]. (kindle edition).

TOLSTÓI, Leon. **Anna Karênina**. Tradução de Sérgio Lozar. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.

TOLSTÓI, Leon. **Calendário da sabedoria**. Tradução de Barbara Heliodora. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

TOLSTÓI, Leon. **Guerra e paz**. Tradução, introdução e notas de Oscar Mendes. Belo Horizonte: Itatiaia, 2008.

TOLSTÓI, Leon. **O que é arte?** Tradução de Bete Torii. São Paulo: Ediouro, 2002.

TOLSTÓI, Lev. **A morte de Ivan Ilitch**. Tradução de Boris Schnaidermann. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2014.

TOLSTÓI, Lev. **A sonata a Kreutzer**. Tradução de Boris Schnaidermann. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

TOLSTÓI, Lev. **Felicidade conjugal**. Tradução de Boris Schnaidermann. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

TOLSTÓI, Liev. Dos diários de Tolstói [1900-10]. In: TOLSTÓI, Liev. **Os últimos dias**. Tradução de Anastassia Bytsenko, Belkiss J. Rabello, Denise Regina de Sales, Graziela Schneider e Natalia Quintero. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2011.

TOLSTÓI, Liev. **Minha religião**. Organização e tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Girafa, 2011.

TOLSTÓI, Liev. **O Reino de Deus está em vós**. 2. ed. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: BestBolso, 2014.

TOLSTÓI, Liev. **Padre Sérgio**. Tradução de Beatriz Morabito. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

TOLSTÓI, Liev. **Ressurreição**. Tradução e apresentação de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

TOLSTÓI, Liev. **Uma confissão**. Tradução e apresentação de Rubens Figueiredo. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.

TRIBUNA DO ADVOGADO. Consciência de estado laico é defendida em seminário sobre aborto. **OABRJ Digital**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.oabRJ.org.br/noticia/90314-consciencia-de-estado-laico-e-defendida-em-seminario-sobre-aborto>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

TRUJILLO, Décio. Número de latrocínios cresce 57,8% em sete anos no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 30 out. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/numero-de-latrocinius-cresce-578-em-sete-anos-no-brasil>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

TRUMP diz que protestos contra a sua vitória são incitados pela mídia. **Portal G1**, São Paulo, 11 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/trump-diz-que-protestos-contrasua-vitoria-sao-incitados-pela-midia.html>>. Acesso em: 27 set. 2017.

TRUYOL Y SERRA, Antonio. Escrito preliminar. In: KIRCHMANN, Julius Hermann von. **La jurisprudencia no es ciencia**. Traducción y escrito preliminar de Antonio Truyol y Serra. Madrid: Colección Civitas, 1949.

UNESCO. **Educação e transdisciplinaridade**. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

USARSKI, Frank. Religião como sistema normativo. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito: o mandamento do amor e a meta da justiça**. São Paulo: Paulinas, 2010.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Direito penal do inimigo e o terrorismo: o “progresso ao retrocesso”**. Coimbra: Almedina, 2010.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. Belo Horizonte: D’Plácido, 2016.

VAROUFAKIS, Yanis. **Conversando sobre economia com a minha filha**. Tradução de Maria Andréa e Paulo Ramos. São Paulo: Planeta, 2015.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Lei, ética e instituições: testemunhos de Jesus e Paulo. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito: o mandamento do amor e a meta da justiça**. São Paulo: Paulinas, 2010.

VILHENA, Maria Ângela. O patrocínio divino: ensaio sobre normas e leis. In: SOARES, Afonso Maria Ligorio; PASSOS, João Décio (Coord.). **Teologia e direito: o mandamento do amor e a meta da justiça**. São Paulo: Paulinas, 2010.

VOLTAIRE. **Cândido ou o otimismo**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico-penal: uma introdução à doutrina da ação finalista**. Tradução, apresentação e notas de Luiz Regis Prado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

WELZEL, Hans. Reflexiones sobre el “libre alvedrio”. Traducción de José Cerezo Mir. In: ESPANHA. Ministerio da Justicia; Consejo Superior de Investigaciones Científicas. **Anuario de derecho penal y ciencias penales**. Madrid: Ministério da Justicia, 1969. n. I.

WOLFGANG, Marvin E.; SELLIN, Thorsten; FIGLIO, Robert. Delinquency in a birth cohort. In: JACOBY, Josephy E. (Ed.). **Classics of criminology**. 2. ed. Illinois: Waveland Press, 1994.

WOLTERSTORFF, Nicholas. The contours of justice: an ancient call for shalom. In: LAMPMAN, Lisa Barnes (Ed.). **God and the victim**: theological reflections on evil, victimization, justice and forgiveness. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1999. p. 107-130.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. Coordenação e revisão da tradução de Sérgio Lamarão. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Notas sobre lo penal y lo religioso. In: BATISTA, Nilo; KOSOVSKI, Ester (Org.). **Tributo a Louk Hulsman**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ZDRAVOMÍSLOV, B. V. *et al.* **Derecho penal soviético**: parte general. Traducción de Nina de la Mora y Jorge Guerrero. Bogotá: Editorial Temis, 1970.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa. Tradução de Tonia Van Acker. 2. ed. São Paulo: Palas Athena, 2014.

ZOLO, Danilo. **La justicia de los vencedores**: de Nuremberg a Bagdad. Traducción de Elena Bossi, revisada por Pablo Eiroa. Madrid: Editorial Trotta, 2007.